



A FORMAÇÃO CONTINUADA NA ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE SÉRIES INICIAIS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

CONTINUED TRAINING IN THE TEACHER'S ACTIVITIES OF INITIAL SERIES IN THE CONTEXT OF INCLUSION

Simone Vicente de Moraes¹

Silvia Cristina de Souza²

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo central verificar a existência e a concepção de professores acerca dos processos de formação continuada de docentes que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental no contexto da inclusão. Aborda se há oferta de cursos aos professores, como ocorre, suas implicações no cotidiano da sala de aula, as concepções dos professores acerca desse processo e os resultados no âmbito da educação inclusiva. A pesquisa foi realizada em escolas do município de Penápolis com professores de séries iniciais e utilizou entrevistas. Como instrumento de coleta de dados.

Palavras-chaves: Formação continuada; Educação especial; Séries iniciais.

ABSTRACT: The main objective of this study was to verify the existence and conception of teachers about the processes of continuing education of teachers who work in the initial grades of elementary education in the context of inclusion. It deals with the provision of courses to teachers, as it happens, their implications in the classroom everyday, the teachers' conceptions about this process and the results in the scope of inclusive education. The research was carried out in schools of the city of Penápolis with teachers of initial series and used interviews. As an instrument of data collection.

Keywords: Continuing education; Special education; Initial series.

¹Centro Universitário Toledo – UNITOLEDO – Araçatuba, SP. Email: livemundial_@outlook.com.

² Professora e Coordenadora dos cursos de Graduação e Pós-graduação pelo Centro Universitário Toledo – UNITOLEDO. Mestre e Doutora em Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2005/2010). Email: silvia@toledo.br. Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

1. INTRODUÇÃO

Com as decorrentes mudanças na educação, é clara a necessidade do aumento da qualidade da formação de professores de séries iniciais para lidar com as salas inclusivas, dentro de escolas que formam alunos para um futuro promissor. A busca de docentes que consigam envolver princípios relevantes como planejar, organizar e controlar, deve ser ansiado para alcançar um ensino eficaz.

O tema formação continuada de professores gerou diversos estudos e discussões a cerca de sua importância no contexto atual.

A ideia principal e o interesse por tal temática surgiu após a análise de uma escola municipal de Penápolis-SP, onde se concentra a maioria dos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado e frequentam as salas de aulas regulares. Partindo deste princípio surgiram dúvidas, como: Os professores realizam algum tipo de formação continuada? Entendem sobre o conceito da formação continuada? É-lhes oferecido? Conseguem atender as necessidades dos alunos que necessitam de atendimento especializado? Buscam se aperfeiçoar para oferecer um melhor ensino para tais alunos?

Diante de tais questionamentos foram realizadas entrevistas com os docentes que atuam nas séries iniciais em salas inclusivas para discutir sobre seu preparo na atuação com tais alunos, visando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996, garante aos alunos um ensino de qualidade, partindo disto o docente sempre tem que estar a par de novos estudos e buscando sua qualificação e aperfeiçoamento profissional para atender a todo o tipo de alunado.

2.FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada de professores tem suscitado diversos estudos e questionamentos por educadores e autores que discutem o tema. Assunto diversamente relatado por conta das mudanças históricas nas políticas públicas em prol do que se espera de um educador, provocando diversas teorias, debates, posicionamentos acerca de sua oferta e da qualidade obtida o longo dos anos.

A formação continuada torna-se tão interessante quanto questionadora, por conta dos desenvolvimentos teóricos que se encontram sobre o tema e do que vemos realmente na Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

prática. Cabe esclarecer que no que tange à análise da prática, há escassez de trabalhos encontrados que tratam da temática.

A formação continuada nos anos 1990 é defendida pelos principais autores que analisam o movimento reformista da educação, por exemplo, Selma Garrido Pimenta. Essas iniciativas tinham como ponto principal tornar a habilitação dos docentes mais sólida intelectualmente, como diz Tardif (2011).

Nos últimos anos a legislação contemplou a garantia aos profissionais da educação a construção de sua formação continuada, a partir de programas de educação profissional, graduação ou pós-graduação. Destaca-se o parágrafo único do Artigo 62-A da Lei nº 9394/96 (LDB), alterada pela Lei 12796/2013:

Parágrafo único - Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2013).

Entende-se por formação continuada aquela que o educador faz após sua formação inicial, visando aperfeiçoamento, atualização ou qualificação para o nível ou modalidade de ensino em que atua. Dessa forma, nos termos da Lei, a garantia da oferta da formação continuada deve ser uma realidade, contudo não fica claro na legislação quem será responsável por tal oferta. Contudo, para além daquela oferecida por instituições empregadoras, a formação continuada também deve ser realizada partindo da análise da própria realidade do docente, buscando, assim, seu aperfeiçoamento. Como assinala Assmann, “vida é, essencialmente, aprender... e estar vivo é um sinônimo de estar agindo como aprendente” (1998, p. 35-36).

Dar apoio aos docentes pode fazer com que estes busquem concomitantemente na sua prática diária formas de se adequar ao que se pede e espera de um professor. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação tem como meta:

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência desse PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Observa-se atualmente uma corrida por títulos ou cursos visando melhoria financeira, sem que se tenha o reconhecimento pleno da qualidade do estudo que será adquirido, o que pode afetar, de alguma forma, a qualidade do ensino. Percebe-se um aligeiramento do processo de formação, via cursos de curta duração, cursos sequenciais, cursos de educação a distância que menosprezam a real importância da atualização, como destaca Paula (2003).

Compreendemos que as formações são pensadas de modo a possibilitar um melhor desempenho metodológico dos professores em sala de aula, pois esses profissionais precisam repensar diariamente suas práticas pedagógicas de maneira a atender as necessidades dos alunos em suas diversidades. Tais formações também possibilitam a melhora do processo educativo, pois se acredita que a formação inicial do docente, por si só, não basta. O professor deve estar sempre receptivo às mudanças, pois o processo educativo requer isso.

As formações continuadas devem objetivar a formação de um educador pensante que obtenha variadas formas de interagir, criando seu próprio fazer pedagógico de modo a tornar o ensino significativo.

[...] o cotidiano da sala de aula caracteriza-se como fonte inesgotável de conhecimentos, e desta fonte que deverão ser retirados os elementos teóricos que permitam compreender e direcionar uma ação consciente que procure superar as deficiências encontradas e recuperar o real significado do papel do professor, no sentido de apropriar-se de um “fazer” e de um “saber fazer” adequados ao momento que vive a escola atual (ALMEIDA, 1994, p. 39).

O educador deve utilizar-se do que suas experiências docentes lhe disponibilizam para que possa de modo amplo, alterar seu papel, direcionando a um saber fazer e não a reprodução. Também deve dar significado à atividade docente no seu cotidiano, reforçando que o contexto atual procura um educador qualificado que se situe no mundo, reconheça seus saberes, suas expectativas, angústias e o sentido que tem sua vida de professor (PIMENTA, 2002).

3.FORMAÇÃO CONTINUADA: EDUCAÇÃO ESPECIAL

A formação continuada tem que propiciar ao educador um saber de que sempre necessitará se atualizar-se e conhecer cada vez mais modos de agir sobre sua profissão, ficando evidente ser esta uma formação permanente. A cada ano que passa surgem novos

estudos sobre as áreas, principalmente sobre alunos de educação especial, pois estão mais presentes no cotidiano das escolas.

No Brasil, o surgimento da educação especial ocorreu por volta de 1854 pelas mãos de Dom Pedro II, que criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que depois se tornou Instituto Benjamin Constant – IBC. Todavia se tratava de instituição privada e só as famílias privilegiadas tinham acesso a esse tipo de educação.

Mais recentemente, em 1961, nas Diretrizes e Bases Nacional (LDBEN), o atendimento educacional às pessoas com deficiência, antes chamadas de “excepcionais”, passou ser oferecido no sistema regular de ensino, nos seguintes termos: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961).

Em 1973, o MEC³ criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP voltado para crianças com problemas mentais ou superdotação.

A mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a lei nº 9.394/96, destina o Capítulo V inteiramente à educação especial. No Art. 58, a lei traz a educação especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Nos últimos tempos, surgiram vários estudos para auxiliar os professores a trabalharem com os alunos dessa modalidade, pois apenas com a formação inicial falta-lhes apoio em sala para uma educação de qualidade.

A atual LDB reconhece que os profissionais da educação devem estar preparados para receber alunos com algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, para que estes tenham uma educação adequada ao seu desenvolvimento, como afirma no Art. 59.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

(...)

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996).

³ Ministério da Educação

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

Tem-se ideia que o professor irá agir, à princípio, de acordo com a formação recebida no curso de licenciatura (quando esta oferece disciplinas ou conteúdos específicos de educação especial). Por conta disso a formação continuada deve sempre estar no foco do educador, para que tenha oportunidade de melhorar seu desempenho abrindo um leque de opções e conseguindo dar apoio aos diferentes alunos, uma vez que a formação inicial não dá conta de manter a atualização do docente.

Importante destacar que existem dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva, pois por vezes tais professores aprendem de forma intuitiva ou por meio de estudo individual. Entretanto, a melhor forma de lidar com o aluno com deficiência é oferecer adequada orientação profissional e apoio pedagógico aos docentes (SILVA, 2011).

Apenas a bagagem de conteúdos da educação especial oferecida nos cursos de licenciatura (quando ocorre) não é suficiente para que o educador ofereça uma educação de qualidade aos alunos. Além dessa insuficiência, sempre haverá a necessidade de atualização, tendo em vista a realização de novas pesquisas, novas descobertas na área, o que enseja aperfeiçoamento e atualização.

Buscando compreender os processos de formação continuada de professores no contexto prático, em especial daqueles que atendem alunos de educação especial, propusemos a presente pesquisa, cujos elementos e resultados serão apresentados a seguir.

4.METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada teve por objetivo analisar a existência de programas de formação continuada, se e como ocorrem e qual a concepção dos professores que atuam em escolas públicas no município de Penápolis, em especial nas salas de educação inclusiva, acerca de tais programas. Para tanto, utilizamos como instrumentos de pesquisa a revisão bibliográfica, realizada com o auxílio de textos, livros e legislação que tratam do assunto. Além disso, como estratégia para obtenção de dados, foi realizada observação de campo e entrevista semiestruturada, contando com a participação de quatro professores que já atuam há mais de 10 anos nas séries iniciais em determinada escola.

A escola selecionada para a pesquisa atende alunos das séries iniciais de 1º a 5º ano e conta com um total de 13 (treze) professores. Atualmente a escola possui 257 (duzentos e cinquenta e sete) alunos do ensino fundamental, sendo 27 (vinte e sete) com algum tipo de

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

deficiência ou transtorno de desenvolvimento, que frequentam a sala de Atendimento Educacional Especializado no período contrário.

A escolha da unidade se deu pelo fato de atender a maior parte dos alunos do município que necessitam de atendimento educacional especializado e frequentam as salas de aulas regulares, foi realizada uma pesquisa dentre as escolas do município de Penápolis-SP até obter o resultado esperado.

Realizamos entrevista com os professores que se dispuseram a responder, buscando compreender como e se as formações chegavam até eles e a contribuição delas para a prática da sala de aula.

5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os professores da escola municipal de Penápolis foram entrevistados com objetivo de compreender se ocorrem as formações continuadas, se chegam até eles e as implicações destas no decorrer das aulas, no âmbito da educação inclusiva.

Por meio de entrevista pode-se observar que na questão que tratou da concepção dos professores sobre a formação continuada, estes conheciam o assunto, conseguindo expressar com clareza seu conhecimento, como destacado na fala do Professor A:

A formação continuada é necessária porque tudo muda o tempo todo e hoje é tudo muito líquido. Agora está de um jeito e daqui a pouco não está mais, é a tecnologia, os avanços, as próprias crianças, tempo de concentração, as próprias metodologias, as pesquisas, tudo muda o tempo todo então o professor não pode ficar parado, ele tem que acompanhar essa mudança se não ele não consegue dar uma aula de qualidade.

Da mesma forma, os Professores B, C e D opinaram sobre o conceito de formação continuada: “É você continuar os estudos depois da faculdade, por exemplo, fazer uma pós-graduação ou fazer outros cursos, pode ser até cursos à distância” (PROFESSOR B). “É todo tipo de estudo que você recebe ou procura depois que tem sua formação inicial” (PROFESSOR C) e “Continuar estudando no campo da área em que trabalho, ficando sempre por dentro dos novos assuntos que surgem na educação, para estar sempre a par, procurando novos caminhos para que ocorra uma boa aprendizagem ou efetive a aprendizagem” (PROFESSOR D).

A formação continuada faz parte da realidade da escola, pois são oferecidas aos professores variadas formas de se atualizarem. Os Professores A, B, C e D relatam que sempre há cursos diversos oferecidos pelo sistema SESI que é o que vigora nas escolas municipais de Penápolis. Recebem bimestralmente professores para dar capacitação e auxílio com a metodologia de ensino ofertada. Nesse sentido, a Professora C relata: “Os cursos são mais legais para fazer porque é em grupo, então todo mundo aprende junto, mesmo que for só um pouco”.

Além dos cursos ofertados, os professores também sempre vão à procura de outras formas de se atualizarem. Percebemos que os professores mantiveram o foco em cursos que tratavam da educação inclusiva para que pudessem ter melhor conhecimento da área que lidam na sala, conforme relata o Professor B:

Faço para dar continuidade aos meus estudos, pois tem bastante coisa que ajuda na prática da sala de aula. Por exemplo, já fiz de psicopedagogia que ajudou bastante, o curso de gestão, que por mais que seja pra ser diretor, coordenador ou supervisor, na hora em que você está ali na sala de aula há muita coisa que você aprende, que é do próprio gestor, que ajuda.

O Professor A também mostrou grande interesse em continuar seus estudos, e falou de sua trajetória na área da educação: “Fiz a graduação em pedagogia, depois fiz uma pós-graduação presencial em psicopedagogia clínica institucional, depois fiz uma pós-graduação em alfabetização e agora estou terminando uma em ensino lúdico”. O Professor C destacou: “Já fiz, mas na área de psicopedagogia e alfabetização. São as áreas que mais auxiliam os alunos na sala de aula”.

Porém, mesmo sendo ofertados cursos gratuitos, alguns professores acabam tendo preferência pelos pagos, como confirmado pela Professora D: “Prefiro as que pago para fazer e algumas palestras de pessoas conceituadas de outros estados ou da cidade de São Paulo que vem falar com a gente mesmo. Essas formações que dão pela secretaria de um dia, ou meio período, acrescenta, mas é muito pouco”.

Dentre os relatos, nos foi mostrado que os professores buscam se atualizar em primeiro plano para ter uma melhor fundamentação para suas aulas e, assim, promover um ensino significativo para seus alunos. Porém, algo que ficou em destaque em relação aos motivos pelos quais também procuram as formações, foi à evolução funcional. Sobre tal questão o Professor A ressaltou: “O nosso estatuto do magistério prevê que a cada 100 horas

de curso de extensão ou pós-graduação, realizados a cada dois anos, a gente receba uma evolução funcional que representa 5% de aumento no salário”.

Há também a cobrança da própria secretaria de educação para que os professores realizem a formação. Nesse sentido, o Professor C afirma: “Faço primeiro para aprender sobre o assunto, mas também para a evolução funcional, já que a secretaria cobra isso dos professores”. Portanto, há indícios que alguns professores participam do programa de formação por outros motivos além da qualificação e atualização. De acordo com o Professor D: “Em primeiro lugar faço pela evolução funcional, é um dos objetivos”.

Na questão de auxílio, os professores disseram que não recebem algum tipo de auxílio remunerado para realizar formações fora da instituição, como pós-graduações ou palestras pagas. O incentivo que reconhecem é da evolução funcional: “O incentivo que recebemos é da evolução funcional, mas nunca recebi auxílio financeiro para estudar, acho que o incentivo maior que dão são os cursos que eles mesmos oferecem na escola” deixou claro o Professor C.

Dentre os relatos, podemos perceber o quanto as formações auxiliam os professores em sua atuação diária. O Professor C relata: “É bem proveitoso, porque quem faz aprende mais e isso ajuda na sala de aula. Às vezes tem um aluno com uma dificuldade, o que na sala de aula temos bastante, e dá pra ajudar um pouco mais”. Também o Professor D destaca: “O que senti diferença foi que soube mais sobre o que os alunos tinham direito e não estavam tendo na sala de aula”.

Houve também relatos em que se destacou que apenas a iniciativa do professor não é suficiente para sua total atualização e uma atuação de qualidade. Percebem que falta um maior apoio por parte da secretaria, conforme apontado pelo Professor D: “Mas mesmo com a gente procurando esses novos estudos, só nós professores não conseguimos dar conta de todo contexto escolar, falta um maior apoio da secretaria”.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Com base no que foi apresentado, percebe-se que os professores têm uma percepção de formação continuada muito parecida, procuram por si formas de se atualizarem e estarem a par de novos estudos da área da educação.

No que tange à educação inclusiva, as entrevistas revelaram que os professores buscaram a formação e conseguem dar um ensino adequado, segundo eles, e principalmente

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

igualitário aos alunos. Os professores, conforme relatado, procuram sempre formas diferentes para atender a necessidade de cada um, dando-lhes o apoio necessário para superar suas barreiras. A maioria dos professores possui algum curso que trata da temática, mostrando que há incentivo e preparação para receber qualquer tipo de alunado.

Como forma de valorização profissional, ficou em foco a formação continuada no âmbito da evolução funcional. Todos os professores, mesmo mostrando a capacidade de a formação continuada proporcionar conhecimentos importantes para sua atuação profissional, por meio de cursos de extensão ou pós-graduação em novas áreas, tem como foco nesse processo o aumento salarial.

O maior reflexo que as formações realizadas oferecem aos professores é no aspecto relacionado à educação inclusiva, já que muitos focaram seus cursos de pós-graduação nesta área e se sentem confiantes em trabalhar com uma sala diversificada onde se encontram todos os tipos de dificuldades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada auxilia a capacitação e atualização profissional constante, visando à evolução de competências docentes e, acima de tudo, a ampliação de conhecimentos. A realidade que pôde ser observada, por meio do relato dos professores, nas escolas do município de Penápolis é que existe o processo de formação continuada e esta é muito semelhante à prevista em lei e na literatura da área.

Na fala dos professores a importância da formação continuada é destacada pela constante procura pela realização de cursos, mesmo que muitos os realizam em áreas fora da sua atuação. Além disso, há uma maior valorização dos cursos que podem proporcionar a evolução funcional do que daqueles oferecidos pela secretaria, cuja carga horária e características não se enquadram nos que podem ser apresentados para tal evolução. Tal situação gera entre os professores uma corrida por benefícios financeiros, maior do que propriamente por seu aperfeiçoamento.

Quanto à preferência dos professores por cursos pagos em relação aos oferecidos pelo sistema SESI, tal situação pode nos revelar duas possibilidades: i) que tais cursos não contam para evolução funcional, o que os faz perder o interesse em realizá-los; ii) os cursos oferecidos no contexto do sistema SESI assemelham-se aos oferecidos para rede privada de

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

educação, distanciando-se da realidade da rede pública municipal, tendo, portanto, pouca identidade com a realidade vivida pelos professores no cotidiano da escola.

Porém, importante destacar que no contexto da educação especial oferecida na rede, os professores mostraram que se sentem preparados para lidar com a sala inclusiva, mostrando um resultado positivo do processo de formação continuada, independente da forma como é realizada.

Portanto, as práticas de formação continuada devem ser pensadas para atender as demandas de qualificação e atualização necessárias ao profissional da educação. As instituições de ensino devem priorizar a formação para melhoria da qualidade dos trabalhos oferecidos. Embora entendamos que a valorização pela via da progressão funcional seja importante e que deva ter continuidade nos sistemas públicos de ensino, a formação continuada deve ser compreendida como uma necessidade prioritária, um compromisso das gestões com a qualificação e atualização de seus docentes.

Nesse contexto ficam algumas questões importantes a serem pensadas. Primeiro: será que se no município não houvesse a evolução funcional, o professor se mobilizaria à procura de cursos para sua formação continuada, uma vez que o poder público, de acordo com o relato dos professores, oferece muito poucos? Segundo: será que o município oferece a evolução funcional justamente como uma forma de desresponsabilização pela oferta de programas de formação continuada? Terceiro: será que a opção pela oferta da evolução funcional não se apresenta como uma alternativa mais econômica para o município? Entendemos que cabe aqui uma análise mais ampla que poderá nos dar elementos para elucidar tais questões.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. Estágio Supervisionado em prática de ensino: relevância para a formação ou mera atividade curricular? Revista ANDE, v.13, n. 20, p.39-42, 1994.

ASSMANN, H. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, 1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 10 dez.2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 set.2016.

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 04, n. 01, p. 113-124, jan/jun. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 13 jun.2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, 1996. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 13/abr.2017.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. Avaliação. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v.8, n. 4, p. 53-56, dezembro, 2003.

PIMENTA, S.G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S.G. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Margaret do Rosário. Dificuldades Enfrentadas Pelos Professores na Educação Inclusiva. Brasília, 2011.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 12ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.